

POLÍTICA

Na proposta do plano quinquenal

Governo promete revolucionar a jus

Destaque vai para criação de Tribunais Superiores de Recursos nas zonas Centro, Norte e Sul para garantir celeridade processual nos tribunais. Também lança metas ambiciosas para garantir bo

Sérgio Banze

sergio.banze@soico.co.mz

O Governo moçambicano aposta na modernização do aparelho de Estado como forma de garantir a boa governação nos próximos cinco anos. Na proposta do seu plano quinquenal, o executivo moçambicano traça metas ambiciosas.

O destaque vai para o sector de justiça onde o Governo reconhece haver muito por se fazer. Por exemplo, sistema prisional criticado com severidade pela Ordem dos Advogados de Moçambique, na abertura do ano judicial 2010 e as más condições nas prisões já reveladas pela Liga



Aires Ali, encabeçou apresentação do plano quinquenal na AR

dos Direitos Humanos (LDH), parecem ter merecido atenção especial do Governo. Promete o executivo criar novos centros prisionais. Esta medida visa de acordo com a proposta em posse do "O País", nos próximos tempos "garantir a reinserção social dos reclusos, através do trabalho e da formação escolar e profissional.

EXECUTIVO PROMETE CRIAR TRIBUNAIS DE TRABALHO

Ainda no sector da justiça, o executivo compromete-se a instalar de tribunais de trabalho vocacionados a dirimir particularmente e de forma célere os conflitos laborais.

Ora, um dos problemas que

hoje se levanta para o alargamento do sector da justiça relaciona-se com os quadros da justiça. Sobre este aspecto, promete o Governo formar mais magistrados judiciais e do Ministério Público, oficiais da justiça assistentes jurídicos e outros funcionários da justiça.

BOA GOVERNAÇÃO

Para garantir a boa governação, o executivo vai promover a cultura de prestação de contas para garantir a transparência dos procedimentos governativos para "eliminar" a corrupção.

O Ministério da Função Pública, lembre-se, levou a cabo, semana finda, o debate da revisão da lei anti-corrupção.

GRANDES APOSTAS: BOA GOVERNAÇÃO E BOM FUNCIONAMENTO DO SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

REFORMA SECTOR DA JUSTIÇA

Consta da proposta do plano quinquenal a necessidade de se reformar o sector da justiça.

"O objectivo do Governo na área da justiça é garantir o Estado de Direito, sendo para tal necessária a efectividade dos direitos dos cidadãos, deveres e liberdades fundamentais e uma justiça acessível a todos," refere a proposta.

Para conseguir esses objectivos, o executivo prevê alargar a assistência jurídica e dos tribunais aos cidadãos com poucas posses, alargar criar mais centros prisionais e reforçar a legalidade e o combate à corrupção. Por outro lado, promete implementar os tribunais Superiores de Recurso na zona sul, centro e norte.

DESCENTRALIZAÇÃO DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

O plano quinquenal do Governo vai apostar igualmente na descentralização do Tribunal Administrativo (TA). Aliás, o presidente do TA, Machatine Munguambe, já o havia prometido aquando das auscultações na Assembleia da República (AR) por ocasião da sua nomeação para o cargo pelo presidente da República no ano passado. Ainda no ano passado, a AR aprovou uma lei que abria espaço para a criação de tribunais administrativos provinciais (TAP). Ora, o executivo, neste mandato toma a peito esse legado.

BOA GOVERNAÇÃO

No que tange à boa governação o governo entende ser necessário que se assegure a inspecção da administração local, facto que vai permitir que esta funcione com seriedade. Por outro lado, é necessário que se encontra o "bottom line" sobre os problemas que enfermam o funcionamento normal dos órgãos locais do Estado. Um destes problemas envolve o burocratismo, a corrupção e falta de celeridade no atendimento ao público.

Igualmente, entende ser necessário reforçar a auditoria e a inspecção nos órgãos locais e nas autarquias.

COMBATE À CORRUPÇÃO

- Consolidar a transparência, isenção, integridade e de responsabilização
- Promover a ética, disciplina e integridade pública
- Procedimentos rigorosos na prestação de contas
- Controlo interna na prevenção e combate à corrupção.

tiça e garantir boa governação

a governação e pleno funcionamento das instituições do Estado.

DESCENTRALIZAÇÃO LOCAL E AUTÁRQUICA

- Prosseguir com o emponderamento das comunidades locais
- Prosseguir com a autarcisação gradual do país
- Colocar regras claras sobre como as autoridades comunitárias devem-se relacionar com as autarquias locais
- Criar mecanismos que assegurem a governação local e participativa.

MUNICÍPIOS

- Consolidação dos municípios
- Elaborar e implementar a regulamentar complementar sobre as competências e atribuições dos municípios
- Promover a reabilitação e construção de infra-estruturas
- Fortalecer a prestação de contas às comunidades por parte dos trabalhadores dos municípios, facto que pode acrescer a responsabilidade e responsabilização dos funcionários.

INSPECÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO

- Desenvolver a fiscalização para garantir o controlo interno dos funcionários
- Actualizar os qualificadores da carreira de inspecção no quadro da sua profissionalização
- Inspecção dos funcionários através do desenvolvimento da acção formativa e capacitação dos seus agentes.

DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- Fazer com que os órgãos locais cheguem às localidades e povoações
- Expandir a rede de comunicações entre o Governo central e os distritos
- Construir residências nos distritos para atrair e reter os funcionários
- Construir mais infra-estruturas nos órgãos locais do Estado

REFORMA DO SECTOR PÚBLICO

- Dotar a administração pública de quadros qualificados, motivados, experientes e com espírito de servidores do Estado e do cidadão
- Elevar a responsabilidade individual dos funcionários do Estado no concerner ao fornecimento de serviços de qualidade
- Promover a transparência administrativa e financeira.

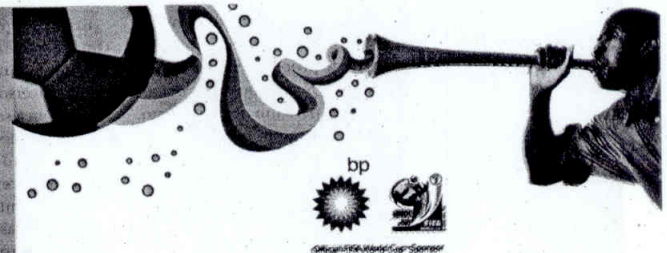
PROFISSIONALIZAÇÃO DA FUNÇÃO PÚBLICA

- Formar 7.000 funcionários e agentes do Estado
- Capacitar 2.500 funcionários públicos
- Promover a reforma curricular nos institutos de formação em Administração Pública e Autárquica
- Expandir o ensino à distância
- Afectar mais quadros nos distritos.

Nas estratégias de combate à corrupção, o Governo iniciou recentemente, através do Ministério da Função Pública, a revisão da legislação anti-corrupção com especial enfoque para a lei de declaração de bens, código de conduta e conflito de interesses

LISTA DE PREMIADOS - 3ª SEMANA Posto de Abastecimento Cabeça de Cavalo 27 de Março 2010

Ordem	Nome	Prémio
1º Prémio	Fernando José Montjane	Jogo da Final do Mundial de Futebol
2º Prémio	Vasco Mansimbe	Jogo dos Quartos de Final
3º Prémio	Mobim Joosab	Jogo dos Oitavos de Final



PUB